



CARGO:

PROVA ESCRITA OBJETIVA

Tesoureiro

ATENÇÃO LEIA TODAS AS INFORMAÇÕES DESSA CAPA DE PROVA

1. Nesta prova constam 40 (quarenta) questões objetivas com 5 (cinco) alternativas cada, sendo apenas 1 (uma) alternativa correta para cada questão.
2. Observe no quadro acima se o caderno de questões é o correspondente ao cargo no qual você fez a inscrição. Caso não esteja correto solicite a substituição para o fiscal de sala, o qual deverá lhe fornecer o caderno de questões correto.
3. Verifique se esse caderno está completo e se a numeração das questões está correta.
4. O candidato receberá uma FOLHA DE RESPOSTAS.
5. Confira seu nome completo, o número de seu documento, o número de sua inscrição e se o cargo corresponde ao cargo no qual você fez a inscrição na Folha de Respostas. E caso encontre alguma irregularidade, solicite a um dos fiscais que faça a correção.
6. O candidato deverá transcrever as respostas das provas objetivas para a Folha de Respostas, que será o único documento válido para a correção das provas. O preenchimento da folha de resposta é de inteira responsabilidade do candidato.
7. O candidato que deixar de assinar a Folha de Respostas e/ou a Lista de Presença será eliminado do Concurso Público.
8. Preencha cada alternativa conforme modelo exemplificativo abaixo, pintando todo o quadrado com caneta azul ou preta de escrita grossa conforme o Modelo:

01	A	B	C	D	E
----	---	---	---	---	---

20	A	B	C	D	E
----	---	---	---	---	---

9. Preencha a Folha de Resposta correspondente as questões da coluna de 01 a 40.
10. Não haverá substituição da Folha de Respostas, portanto não a danifique. Alternativas preenchidas a lápis, rasuradas ou com dupla marcação não serão computadas, não apague, não use corretivo líquido, confira antes de passar suas respostas em definitivo.
11. Não é permitido qualquer tipo de consulta.
12. Não será permitido o uso dos sanitários antes do horário previsto, qual seja, 30 (trinta) minutos após a aplicação da prova. Todavia, em casos excepcionais, o candidato será encaminhado para os sanitários, com registro na ata da sala.
13. O candidato somente poderá se retirar do local de realização das provas depois de decorrido 60 (sessenta) minutos do seu início.
14. Ao término da prova o candidato deverá solicitar a presença do fiscal em sua carteira e entregar a Folha de Respostas e o caderno de provas.
15. Não será permitido ao candidato levar consigo o caderno de provas.
16. O candidato somente poderá levar consigo as anotações de suas marcações, que será destacado de local específico para este fim durante a realização da prova, após transcorrido 60 (sessenta) minutos do seu início, devendo permanecer dentro da sala a qual está realizando a prova.
17. Não será permitido o uso dos sanitários após a entrega da prova.
18. Tempo de duração da prova: 3h (três horas), incluindo o tempo de marcação na folha de respostas.
19. Será eliminado do concurso, dentre outras situações, o candidato que: deixar o local de realização da prova sem a devida autorização, tratar com falta de urbanidade examinadores, auxiliares, fiscais ou autoridades presentes, proceder de forma a tumultuar a realização das provas, estabelecer comunicação com outros candidatos ou com pessoas estranhas, por qualquer meio, utilizar-se de material não autorizado e infringir as determinações estabelecidas no Edital de Abertura desse Concurso Público.
20. Os 03 (três) últimos candidatos de cada sala de prova só poderão deixar o local de forma simultânea, devendo assinar o verso dos cartões de resposta de todos os candidatos da sala de prova, inclusive de candidatos ausentes, e deverão acompanhar o fechamento do envelope de cartão de resposta e cadernos de prova, apondo sua assinatura na ata de fechamento. O candidato que negar-se a aguardar os demais candidatos finalistas, ou ainda, recusar-se a efetuar os procedimentos de encerramento, será atestado como desistente pelo fiscal de sala, devidamente certificado pelos demais candidatos, sendo eliminado do certame.
21. A divulgação do caderno de provas e gabarito preliminar está prevista para o dia 18.07.2023 no site www.eplconcursos.com.br.
22. Qualquer tentativa de fraude, se descoberta, implicará em imediata denúncia à polícia federal, que tomará as medidas cabíveis, inclusive com prisão em flagrante dos envolvidos.

Língua Portuguesa

Manuelzão e Miguilim

João Guimarães Rosa

(...)

Campo Geral

Um certo Miguilim morava com sua mãe, seu pai e seus irmãos, longe, longe daqui, muito depois da Vereda-do-Frango-d'Água e de outras veredas sem nome ou pouco conhecidas, em ponto remoto, no Mutúm. No meio dos Campos Gerais, mas num covão em trecho de matas, terra preta, pé de serra. Miguilim tinha oito anos. Quando completara sete, havia saído dali, pela primeira vez: o Tio Terêz levou-o a cavalo, à frente da sela, para ser crismado no Sucuriju, por onde o bispo passava. Da viagem, que durou dias, ele guardara aturdidas lembranças, embaraçadas em sua cabecinha. De uma, nunca pôde se esquecer: alguém, que já estivera no Mutúm, tinha dito: — "É um lugar bonito, entre morro e morro, com muita pedreira e muito mato, distante de qualquer parte; e lá chove sempre..." Mas sua mãe, que era linda e com cabelos pretos e compridos, se doía de tristeza de ter de viver ali. Queixava-se, principalmente nos demorados meses chuvosos, quando carregava o tempo, tudo tão sozinho, tão escuro, o ar ali era mais escuro; ou, mesmo na estiagem, qualquer dia, de tardinha, na hora do sol entrar. — "Oê, ah, o triste recanto..." — ela exclamava. Mesmo assim, enquanto esteve fora, só com o tio Terêz, Miguilim padecia tanta saudade, de todos e de tudo, que às vezes nem conseguia chorar, e ficava sufocado. E foi descobriu, por si, que, umedecendo as ventas com um tico de cuspe, aquela aflição um pouco aliviava. Daí, pedia ao tio Terêz que molhasse para ele o lenço; e tio Terêz, quando davam com um riacho, um minadouro ou um poço de grotta, sem se apeiar do cavalo abaixava o copo de chifre, na ponta de uma correntinha, e subia um punhado d'água. Mas quase sempre eram secos os caminhos, nas chapadas, então tio Terêz tinha uma cabacinha que vinha cheia, essa dava para quatro sedes; uma cabacinha entrelaçada com cipós, que era tão formosa. — "É para beber, Miguilim..." — tio Terêz dizia, caçoando. Mas Miguilim ria também e preferia não beber a sua parte, deixava-a para empapar o lenço e refrescar o nariz, na hora do arrocho. Gostava do tio Terêz, irmão de seu pai.

(...)

João Guimarães Rosa MANUELZÃO E MIGUILIM (Corpo de baile) Editora Nova Fronteira, 11ª edição, 2001 Capa: Victor Burton Ilustrações: Poty ISBN 978-85-209-1177-8 Digitalização: SCS

Fonte: <https://elivros.love/livro/baixar-livro-manuelzao-e-miguilim-joao-guimaraes-rosa-em-epub-pdf-mobi-ou-ler-online>

1- Levando em conta os aspectos gramaticais e linguísticos presentes no texto *Manuelzão e Miguilim* (fragmento), assinale a única alternativa **incorreta**.

- a) As palavras **Mutúm** e **Terêz**, embora sejam oxítonas, não devem ser acentuadas.
- b) A palavra **pedreira** é formada por derivação sufixal, da mesma forma que a palavra **cabacinha**.
- c) As palavras **Campos**, **ponto**, **caçoando** e **estiagem** apresentam encontros vocálicos nasalizados.
- d) No período: "... *Mas quase sempre eram secos os caminhos, ...*", a palavra **caminhos** é o núcleo do sujeito.
- e) A palavra **mas**, em todas as ocorrências no texto, funciona como conjunção adversativa.

2- Sobre as regras sintáticas presentes no texto *Manuelzão e Miguilim* assinale a única alternativa **correta**.

- a) No período: "*É para beber, Miguilim...*", a palavra em destaque funciona como vocativo.
- b) No período: "... *deixava-a para empapar o lenço e refrescar o nariz, ...*" os termos em destaque funcionam como complemento nominal.
- c) No período: "*Mas sua mãe, que era linda e com cabelos pretos e compridos ...*", a oração em destaque funciona como oração subordinada substantiva.
- d) No período: "... *o Tio Terêz levou-o a cavalo, à frente da sela, para ser crismado no Sucuriju,...*", os termos destacados funcionam como adjuntos adnominais.
- e) No período: "... *É um lugar bonito, entre morro e morro, com muita pedreira e muito mato, distante de qualquer parte; e lá chove sempre...*", os termos destacados exercem a mesma função sintática: predicativo do objeto.

3- Levando em conta as regras de regência, verbal e nominal, e o uso do acento indicativo de crase, presentes nos manuais de Língua Portuguesa, assinale a alternativa em que houve **erro**.

- a) Nós fomos ao cinema assistir ao filme de "Os Vingadores".
- b) Eles se enfrentaram cara à cara.
- c) Todos nós obedecemos às leis que regem este departamento.
- d) Joaquim preferia o refrigerante à água.
- e) Ele pagou a conta ao gerente.

4- Assinale a única alternativa em que o pronome oblíquo foi utilizado **corretamente**.

- a) Me traga duas fatias de torta, por favor!
- b) Nunca falar-te-ei sobre este vil assunto!
- c) Ele tinha comprometido-se com a causa dos jovens.
- d) Acompanhá-lo-ei a qualquer lugar que vá.
- e) Eles não lhes di-lo-iam nada acerca do acidente.

5- Assinale a única alternativa em que ocorre **erro** no uso das regras gramaticais de concordância, nominal ou verbal, presentes nos manuais da Língua Portuguesa.

- a) Chegaram o filho e os primos do aniversariante.
- b) Daqui ao hotel é 10 km.

- c) Encontramos a sala e os quartos desarrumados.
- d) Eu já experimentei as comidas francesa e tailandesa.
- e) A maioria dos estudantes conhece as regras de concordância.

Conhecimentos Gerais

6- Analise o excerto abaixo e em seguida assinale a alternativa que complete corretamente as lacunas: "O Município de Curitiba teve seu chão, em tempos idos, povoado pelos índios_____. Esse puro sertão tornou-se convidativo para o homem branco desbravador. _____ cansados encontram nestas terras um ponto estratégico para recobrar suas forças. Neste pouso e repouso de Tropeiros lá se vão os anos de _____."

- a) Brancos – Índios – 1900
- b) Botocudos – Tropeiros – 1700
- c) Botocudos – Botocudos – 1700
- d) Cascudos – Tropeiros – 2000
- e) Tropeirinhos – Tropeiros – 1800

7- Considerando como fonte de conhecimento as publicações pertinentes ao Município de Curitiba-SC, _____ contidas _____ na _____ página <https://www.curitiba.sc.gov.br/>, podemos afirmar que a distância de Curitiba/SC – Joinville/SC é de:

- a) 290 km
- b) 302 km
- c) 316 km
- d) 426 km
- e) 250 km

8- Dentre os fatos importantes ocorridos no mundo, podemos destacar a guerra declarada no ano de 2022 que ainda persiste entre os países:

- a) Chile e Venezuela
- b) Espanha e Rússia
- c) Estados Unidos e Ucrânia
- d) Rússia e China
- e) Rússia e Ucrânia

9- A História do Brasil não possui um marco inicial bem definido. Não obstante, tradicionalmente, existe uma datação recorrente sobre a chegada dos portugueses com Pedro Álvares Cabral, que ocorreu no ano:

- a) 1700
- b) 1400
- c) 1500
- d) 1800
- e) 1200

10- O primeiro civil eleito para presidência no Brasil por voto popular foi:

- a) Prudente de Moraes
- b) Getúlio Vargas
- c) João Goulart
- d) Jânio Quadros
- e) Leonel Brizola

Informática

11- Qual componente de hardware é responsável por armazenar permanentemente os dados e programas em um computador?

- a) Processador
- b) Placa de vídeo
- c) Memória RAM
- d) Disco rígido
- e) Placa-mãe

12- O sistema operacional Windows XP e suas versões superiores possuem diversos recursos que visam melhorar a eficiência e desempenho. Um desses recursos é conhecido como memória virtual. Selecione entre as alternativas abaixo aquela que define corretamente o papel desempenhado pela memória virtual na família Windows

- a) Aumentar a capacidade de armazenamento do disco rígido.
- b) Permitir a execução de aplicativos em segundo plano.
- c) Facilitar a transferência de arquivos entre dispositivos.
- d) Acelerar a velocidade de processamento do processador.
- e) Gerenciar o espaço de armazenamento disponível na memória RAM.

13- No Microsoft Word 2007 ou superiores, qual recurso permite a criação de um índice automático baseado nos títulos e subtítulos presentes em um documento?

- a) Verificador ortográfico
- b) Estilos
- c) Marcadores e numeração
- d) Parágrafos
- e) Medianiz

14- No Microsoft Excel 2007, qual é a finalidade do uso do ponto e vírgula ";" nas fórmulas?

- a) Indicar uma quebra de linha na fórmula.
- b) Separar argumentos dentro de uma função.
- c) Realizar uma multiplicação de valores.
- d) Necessário ao fim de cada fórmula.
- e) Indicar uma referência de célula absoluta.

15- De acordo com as diretrizes do CERT.BR (Centro de Estudos, Resposta e Tratamento de Incidentes de Segurança no Brasil) sobre cookies, qual é uma das principais preocupações relacionadas a essa tecnologia?

- a) O risco de invasões de hackers por meio de cookies.
- b) O impacto negativo na velocidade de carregamento das páginas.
- c) A possibilidade de rastreamento de dados do usuário.
- d) A vulnerabilidade a ataques de phishing.
- e) A interferência nos recursos de criptografia de dados.

Conhecimentos Específicos

16- A Lei de Licitações e Contratos Administrativos (Lei 14.133/2021) aplica-se a: Exceto.

- a) Alienação e concessão de direito real de uso de bens;
- b) Locação;
- c) Prestação de serviços, inclusive os técnico-profissionais especializados;
- d) Obras e serviços de arquitetura e engenharia;
- e) Contratos que tenham por objeto operação de crédito.

17- Considerando a contabilidade dos entes públicos, o Superávit Financeiro é apurado no seguinte demonstrativo contábil:

- a) Balanço orçamentário
- b) Balanço financeiro
- c) Demonstração das variações patrimoniais
- d) Balanço patrimonial
- e) Demonstração dos fluxos de caixa

18- Art. 6º da Lei 14.133/2021. Para os fins desta Lei, considera-se “Agente Público”:

- a) Indivíduo que, em virtude de eleição, nomeação, designação, contratação ou qualquer outra forma de investidura ou vínculo, exerce mandato, cargo, emprego ou função em pessoa jurídica integrante da Administração Pública;
- b) Pessoa jurídica integrante da Administração Pública responsável pela contratação;
- c) Pessoa física ou jurídica, ou consórcio de pessoas jurídicas, signatária de contrato com a Administração;
- d) Órgão ou entidade por meio do qual a Administração Pública atua;
- e) Pessoa física ou jurídica, ou consórcio de pessoas jurídicas, que participa ou manifesta a intenção de participar de processo licitatório, sendo-lhe equiparável, para os fins desta Lei, o fornecedor ou o prestador de serviço que, em atendimento à solicitação da Administração, oferece proposta.

19- Trata-se de regime de contratação de obras e serviços de engenharia em que o contratado é responsável por elaborar e desenvolver os projetos básico e executivo, executar obras e serviços de engenharia, fornecer bens ou prestar serviços especiais e realizar montagem, teste, pré-operação e as demais operações necessárias e suficientes para a entrega final do objeto:

- a) Contratação por Tarefa;
- b) Contratação Integrada;
- c) Empreitada por Preço Global;
- d) Empreitada por Preço Unitário;
- e) Empreitada Integral.

20- De acordo com a Lei 14.133/2021, o Pregão é definido como:

- a) Modalidade de licitação para alienação de bens imóveis ou de bens móveis inservíveis ou legalmente apreendidos a quem oferecer o maior lance;
- b) Processo administrativo em que a Administração Pública convoca interessados em prestar serviços ou fornecer bens para que, preenchidos os requisitos

necessários, se credenciem no órgão ou na entidade para executar o objeto quando convocados;

- c) Modalidade de licitação para escolha de trabalho técnico, científico ou artístico, cujo critério de julgamento será o de melhor técnica ou conteúdo artístico, e para concessão de prêmio ou remuneração ao vencedor;
- d) Modalidade de licitação obrigatória para aquisição de bens e serviços comuns, cujo critério de julgamento poderá ser o de menor preço ou o de maior desconto;
- e) Modalidade de licitação para contratação de bens e serviços especiais e de obras e serviços comuns e especiais de engenharia.

21- Na administração pública, o Processo Licitatório tem por objetivos:

I - Assegurar a seleção da proposta apta a gerar o resultado de contratação mais vantajoso para a Administração Pública, inclusive no que se refere ao ciclo de vida do objeto;

II - Assegurar tratamento isonômico entre os licitantes, bem como a justa competição;

III - Evitar contratações com preços manifestamente exequíveis e superfaturamento na execução dos contratos;

IV - Incentivar a inovação e o desenvolvimento nacional sustentável.

Está correto apenas o que se afirma em:

- a) I, II e III
- b) II e IV
- c) I, II e IV
- d) I e IV
- e) I, II, III e IV

22- Considerando a Lei de Licitações e Contratos Administrativos (Lei nº 14.133/2021), assinale a alternativa incorreta:

a) O desatendimento de exigências meramente formais que não comprometam a aferição da qualificação do licitante ou a compreensão do conteúdo de sua proposta não importará seu afastamento da licitação ou a invalidação do processo.

b) A prova de autenticidade de cópia de documento público ou particular poderá ser feita perante agente da Administração, mediante apresentação de original ou de declaração de autenticidade por advogado, sob sua responsabilidade pessoal.

c) O reconhecimento de firma somente será exigido quando houver dúvida de autenticidade, salvo imposição legal.

d) Os atos praticados no processo licitatório são públicos, ressalvadas as hipóteses de informações cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado, na forma da lei.

e) Os atos serão obrigatoriamente digitais, de forma a permitir que sejam produzidos, comunicados, armazenados e validados por meio eletrônico.

23- Tratando-se da modalidade de licitação denominada “Leilão”, seria incorreto afirmar:

- a) O leilão poderá ser cometido a leiloeiro oficial ou a servidor designado pela autoridade competente da Administração, e regulamento deverá dispor sobre seus procedimentos operacionais.

Cargo: Tesoureiro

b) O leilão será precedido da divulgação do edital em sítio eletrônico oficial, que conterà a descrição do bem, com suas características, e, no caso de imóvel, sua situação e suas divisas, com remissão à matrícula e aos registros.

c) Além da divulgação no sítio eletrônico oficial, o edital do leilão será afixado em local de ampla circulação de pessoas na sede da Administração e poderá, ainda, ser divulgado por outros meios necessários para ampliar a publicidade e a competitividade da licitação.

d) O leilão exigirá registro cadastral prévio, não terá fase de habilitação e deverá ser homologado assim que concluída a fase de lances, superada a fase recursal e efetivado o pagamento pelo licitante vencedor, na forma definida no edital.

e) O edital do Leilão também conterà a especificação de eventuais ônus, gravames ou pendências existentes sobre os bens a serem leiloados.

24- Art. 33 da lei 14.133/2021. Durante os processos licitatórios, o julgamento das propostas será realizado de acordo com determinados critérios. Assinale a alternativa correspondente à definição do critério apresentada abaixo:

“Utilizado exclusivamente para a celebração de contrato de eficiência, considerará a maior economia para a Administração, e a remuneração deverá ser fixada em percentual que incidirá de forma proporcional à economia efetivamente obtida na execução do contrato.”

- a)** Maior retorno econômico;
- b)** Menor preço;
- c)** Maior desconto;
- d)** Técnica e preço;
- e)** Maior lance.

25- Ao final da fase preparatória, o processo licitatório seguirá para o órgão de assessoramento jurídico da Administração, que realizará controle prévio de legalidade mediante análise jurídica da contratação. Assinale a alternativa correta acerca das atribuições do assessoramento jurídico nos processos licitatórios:

- a)** Realizará controle posterior de ilegalidade de contratações diretas, acordos, termos de cooperação, convênios, ajustes, adesões a atas de registro de preços, outros instrumentos congêneres e de seus termos aditivos;
- b)** Deverá redigir sua manifestação em linguagem simples e compreensível e de forma clara e objetiva, com apreciação de todos os elementos indispensáveis à contratação e com exposição dos pressupostos de fato e de direito levados em consideração na análise jurídica;
- c)** Na elaboração do parecer jurídico, deverá apreciar o processo licitatório conforme critérios subjetivos posteriores de atribuição de prioridade;
- d)** É indispensável a análise jurídica mesmo em hipóteses previamente definidas em ato da autoridade jurídica máxima competente, que deverá considerar o baixo valor e a baixa complexidade da contratação;
- e)** Iniciada a instrução do processo sob os aspectos técnico e jurídico, a autoridade determinará a divulgação do edital de licitação.

26- Trata-se de procedimento auxiliar das licitações e das contratações regidas pela Lei 14.133/2021:

- a)** Pregão;
- b)** Concorrência;
- c)** Diálogo Competitivo;
- d)** Sistema de Registro de Preços;
- e)** Leilão.

27- Quanto ao SIAFIC - Sistema Único e Integrado de Execução Orçamentária, Administração Financeira e Controle, pode-se afirmar:

- a)** O SIAFIC corresponde à solução de tecnologia da informação mantida e gerenciada pelo Poder Legislativo, incluídos os módulos complementares, as ferramentas e as informações dela derivadas, utilizada por todos os Poderes e órgãos;
- b)** O SIAFIC permitirá a geração e não a disponibilização de informações e de dados contábeis, orçamentários e fiscais, observados a periodicidade, o formato e o sistema estabelecidos pelo órgão central de contabilidade da União;
- c)** O SIAFIC será único para cada ente federativo e permitirá a integração com outros sistemas estruturantes, vedada a existência de mais de um SIAFIC no mesmo ente federativo, exceto se estes permitirem a comunicação, entre si, por intermédio de transmissão de dados;
- d)** O Poder Executivo observará a autonomia administrativa e financeira dos demais Poderes e órgãos e não interferirá nos atos do ordenador de despesa para a gestão dos créditos e recursos autorizados na forma da legislação e em conformidade com os limites de empenho e o cronograma de desembolso estabelecido e nos demais controles e registros contábeis de responsabilidade de outro Poder ou órgão;
- e)** Na hipótese de substituição do SIAFIC ou de implementação de nova versão, decorrente de novo desenvolvimento, de nova contratação ou de revisão da contratação com o mesmo fornecedor, o ente federativo assegurará a migração integral e intempestiva dos dados e das informações existentes no sistema anterior, a não interrupção da geração de informações contábeis, orçamentárias, financeiras e fiscais e o treinamento dos usuários, de forma que as informações de transparência sejam mantidas integralmente, sem prejuízo dos períodos anteriores.

28- Para fins do Decreto Federal nº10.540/2020 que dispõe sobre o padrão mínimo de qualidade do Sistema Único e Integrado de Execução Orçamentária, Administração Financeira e Controle, o termo “Gestão Contábil” é definido como:

- a)** Conjunto de normativos, procedimentos e sistemas estruturantes ou organizacionais que visem evidenciar atos e fatos dos entes federativos relativos à situação orçamentária, financeira e patrimonial e os atos potenciais que possam gerar reflexos no patrimônio da entidade, para fins de prestação de contas e responsabilização, tomada de decisão e transparência das contas públicas;
- b)** Sistema informatizado que permite a integração ou a comunicação, sem intervenção humana, com outros sistemas estruturantes cujos dados possam afetar as informações orçamentárias, contábeis e fiscais, tais

Cargo: Tesoureiro

como controle patrimonial, arrecadação, contratações públicas, dentre outras;

c) Conjunto ou repositório de dados interrelacionados, organizados de forma a permitir a recuperação da informação de maneira centralizada, que podem ser armazenados e acessados local ou remotamente;

d) Unidade orçamentária ou administrativa que realiza atos de gestão orçamentária, financeira ou patrimonial, cujo titular está sujeito à prestação de contas anual;

e) Conjunto de bens e direitos das entidades do setor público, tangíveis ou intangíveis, onerados ou não, adquiridos, formados, produzidos, recebidos, mantidos ou utilizados, e suas obrigações, conforme definição das normas de contabilidade aplicáveis,

29- O Siafic processará e centralizará o registro contábil dos atos e fatos que afetem ou possam afetar o patrimônio da entidade, sem prejuízo do disposto na legislação aplicável. Durante esse processamento e centralização, o Siafic vedará determinados procedimentos apresentados a seguir, exceto um, que deverá ser assinalado:

a) O controle periódico de saldos das contas contábeis sem individualização do registro para cada fato contábil ocorrido, em que os registros são gerados apenas na exportação de movimentos para fins de prestação de contas;

b) A alteração dos códigos-fonte ou das bases de dados do Siafic que possam modificar a essência do fenômeno representado pela contabilidade ou das demonstrações contábeis;

c) A utilização de ferramentas de sistema que refaçam os lançamentos contábeis em momento posterior ao fato contábil ocorrido, que ajustem ou não as respectivas numerações sequenciais e outros registros de sistema;

d) A geração de registro cuja data não corresponda à data do fato contábil ocorrido;

e) A adoção de rotinas para a realização de correções ou de anulações por meio de novos registros, assegurada a inalterabilidade das informações originais incluídas após sua contabilização, de forma a preservar o registro histórico dos atos.

30- Para fins do cumprimento dos prazos estabelecidos em lei com vistas à divulgação das demonstrações contábeis, ao envio das informações e dos dados contábeis, orçamentários e fiscais e à divulgação dos relatórios de Gestão Fiscal e Resumido de Execução Orçamentária, o Siafic ficará disponível até:

I - O vigésimo quinto dia do mês, para os registros necessários à elaboração dos balancetes relativos ao mês imediatamente anterior;

II - Trinta de janeiro, para o registro dos atos de gestão orçamentária e financeira relativos ao exercício imediatamente anterior, inclusive para a execução das rotinas de inscrição e cancelamento de restos a pagar;

III - Último dia do mês de março, para outros ajustes necessários à elaboração das demonstrações contábeis do exercício imediatamente anterior e para as informações com periodicidade anual;

Está correto apenas o que se afirma em:

- a)** I e II **b)** II e III
c) I e III **d)** I, II e III **e)** II

31- Assinale a alternativa correta, considerando as limitações da competência tributária dos entes da federação:

a) É facultado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios cobrar impostos sobre templos de qualquer culto;

b) É vedado à União instituir tributo que seja uniforme em todo o território nacional, ou que importe distinção ou preferência em favor de determinado Estado ou Município;

c) É facultado aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios estabelecer diferença tributária entre bens de qualquer natureza, em razão da sua procedência ou do seu destino;

d) É vedado cobrar imposto sobre o patrimônio e a renda com base em lei anterior à data inicial do exercício financeiro a que corresponda;

e) É vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios cobrar impostos sobre papel destinado exclusivamente à impressão de jornais, periódicos e livros.

32- Trata-se de tributos cuja obrigação tem por fato gerador uma situação independente de qualquer atividade estatal específica, relativa ao contribuinte:

a) Impostos;

b) Taxas;

c) Contribuição de Melhoria;

d) Contribuições Econômicas;

e) Tarifas.

33- Assinale a alternativa que corresponda adequadamente a uma característica do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana – IPTU.

a) De competência da União, tem como fato gerador a propriedade, o domínio útil ou a posse de imóvel por natureza, como definido na lei civil, localização fora da zona urbana do Município.

b) De competência dos Municípios, tem como fato gerador a propriedade, o domínio útil ou a posse de bem imóvel por natureza ou por acessão física, como definido na lei civil, localizado na zona urbana do Município.

c) De competência dos Estados, tem como fato gerador a transmissão, a qualquer título, da propriedade ou do domínio útil de bens imóveis por natureza ou por acessão física, como definidos na lei civil.

d) De competência dos Municípios, tem como fato gerador a propriedade, o domínio útil ou a posse de imóvel por natureza, como definido na lei civil, localização fora da zona urbana do Município.

e) Cobrado pela União, pelos Estados, pelo Distrito Federal ou pelos Municípios, no âmbito de suas respectivas atribuições, é instituído para fazer face ao custo de obras públicas de que decorra valorização imobiliária, tendo como limite total a despesa realizada e como limite individual o acréscimo de valor que da obra resultar para cada imóvel beneficiado.

34- Lei 4.320/64. Da lei de Orçamento, é incorreto afirmar.

a) A Lei do Orçamento conterà a discriminação da receita e despesa de forma a evidenciar a política econômica financeira e o programa de trabalho do

Cargo: Tesoureiro

Governo, obedecidos os princípios de unidade universalidade e anualidade.

b) Integrará a Lei de Orçamento o sumário geral da receita por fontes e da despesa por funções do Governo;

c) Quadros demonstrativos da receita e planos de aplicação dos fundos especiais acompanharão a Lei de Orçamento;

d) A Lei de Orçamentos compreenderá todas as receitas, inclusive as de operações de crédito não autorizadas em lei;

e) Todas as receitas e despesas constarão da Lei de Orçamento pelos seus totais, vedadas quaisquer deduções.

35- São classificadas como “categorias econômicas” das receitas públicas:

a) Receitas correntes e receitas de capital;

b) Receitas tributárias e receitas não tributárias;

c) Receitas ordinárias e receitas extraordinárias;

d) Previsão, lançamento e arrecadação;

e) Receitas tributárias e receitas de capital.

36- Para os efeitos da Lei 4.320/64, consideram-se “subvenções”:

a) As dotações para manutenção de serviços anteriormente criados, inclusive as destinadas a atender a obras de conservação e adaptação de bens imóveis.

b) As transferências destinadas a cobrir despesas de custeio das entidades beneficiadas.

c) As dotações para o planejamento e a execução de obras, inclusive as destinadas à aquisição de imóveis considerados necessários à realização destas últimas.

d) Dotações para programas especiais de trabalho, aquisição de instalações, equipamentos e material permanente e constituição ou aumento do capital de empresas que não sejam de caráter comercial ou financeiro.

e) Dotações destinadas a aquisição de imóveis, ou de bens de capital já em utilização.

37- Considerando a discriminação ou especificação da despesa pública por elementos a “Participação em Constituição ou Aumento de Capital de Empresas ou Entidades Industriais ou Agrícolas” deverá ser classificada como:

a) Inversões financeiras.

b) Transferências correntes.

c) Transferências de capital.

d) Despesas de custeio.

e) Investimentos.

38- Acerca da Proposta Orçamentária que o Poder Executivo encaminhará ao Poder Legislativo nos prazos estabelecidos nas Constituições e nas Leis Orgânicas dos Municípios, pode-se afirmar:

a) Constará da proposta orçamentária, para cada unidade administrativa, descrição sucinta de suas principais finalidades, com indicação da respectiva legislação.

b) As receitas e despesas de capital serão objeto de um Quadro de Recursos e de Aplicação de Capital, aprovado por decreto do Poder Legislativo, abrangendo, no mínimo um triênio.

c) O Quadro de Recursos e de Aplicação de Capital será reajustado a cada dois anos, acrescentando-se as previsões de mais dois anos, de modo a assegurar a projeção contínua dos períodos.

d) A proposta orçamentária conterá o programa anual atualizado dos investimentos, exceto inversões financeiras e transferências previstos no Quadro de Recursos e de Aplicação de Capital.

e) As propostas parciais de orçamento guardarão estrita conformidade com a política econômica e financeira e o programa anual de trabalho do Governo sem limite global máximo para o orçamento de cada unidade administrativa.

39- Se não receber a proposta orçamentária no prazo fixado nas Constituições ou nas Leis Orgânicas dos Municípios, o Poder Legislativo considerará como proposta:

a) A proposta do orçamento do exercício anterior.

b) A lei do orçamento vigente.

c) A lei do orçamento anterior.

d) A média dos orçamentos dos três exercícios anteriores.

e) A média dos orçamentos dos dois exercícios anteriores.

40- São créditos adicionais, as autorizações de despesa não computadas ou insuficientemente dotadas na Lei de Orçamento. Os créditos adicionais classificam-se em:

a) Suplementares, Ordinários e Extraordinários.

b) Ordinários, Suplementares e Especiais.

c) Suplementares, Especiais e Extraordinários.

d) Ordinários, Especiais e Extraordinários.

e) Anulações, Transferências e Transposições.

Espaço para Anotação - Destaque									
1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
21	22	23	24	25	26	27	28	29	30
31	32	33	34	35	36	37	38	39	40